

PDF hosted at the Radboud Repository of the Radboud University Nijmegen

The following full text is a publisher's version.

For additional information about this publication click this link.

<http://hdl.handle.net/2066/68371>

Please be advised that this information was generated on 2021-03-06 and may be subject to change.

Arikapú

Hein van der Voort

Universidade Radboud de Noviomago [Holanda]. Museu Paraense Emílio Goeldi
hvoort@xs4all.nl

fevereiro, 2008

- Outros nomes:
- Onde estão: AL
- População:
- Família linguística: Jabuti

Introdução

Os Arikapú, habitantes tradicionais do sul de Rondônia, vivem hoje nas Terras Indígenas Rio Branco e Rio Guaporé. Os primeiros contatos entre esse povo e os não-indígenas ocorreram por volta do início do século 20. Seus relatos orais contam que as cabeceiras do Rio Branco eram habitadas há muito tempo por eles. Além dos Djeoromitxí, seus vizinhos tradicionais eram os Makurap, os Wayurú e os Aruí, de língua Tupi.

Nome

O nome Arikapú, além de ser a autodenominação dos Arikapú, é também utilizado pelos grupos vizinhos e pelos não-indígenas para se referirem a esse grupo. Sua origem pode estar vinculada à língua Tupari dos vizinhos Makurap, na qual arikapú se refere ao pássaro japó (gênero *Gymnostinops*).

O nome Burukäyo diz respeito a uma tribo extinta, conhecida entre os Arikapú e os Djeoromitxí, seus vizinhos. Alguns autores afirmam que essa língua era muito semelhante a dos Arikapú e que poderia corresponder a língua de um clã. Talvez este seja o grupo que o Snethlage chamou de *Jabutixitxi* ou *Bakurönjatixitxi*. A palavra *txitxi* significa “grande”, em Arikapú.

Um outro nome encontrado na literatura é Maxubí ou Mashubi, uma alusão a um grupo que provavelmente falava Arikapú. Este nome foi registrado uma única vez durante a expedição do viajante inglês Fawcett em 1914 (Fawcett, 1953), porém não é reconhecido atualmente por nenhum grupo indígena da região. Além disso, sua etimologia é desconhecida.

Língua

Até muito pouco tempo, a língua dos Arikapú permanecia praticamente desconhecida. Apesar disso, com base nas listas de palavras existentes, foi considerada desde a década dos 30, junto com a língua Djeoromitxí, como pertencente à família linguística Jabuti.

Algumas referências também mencionavam uma terceira língua Jabuti, já extinta, chamada Maxubi. A lista de palavras coletadas entre os Maxubi, em 1914, por Fawcett foi analisada por Caspar (1955), quem sugeriu uma semelhança bastante grande com a língua Arikapú, concluindo que esses Maxubi se tratavam na verdade dos Arikapú.

As línguas Jabuti são bastante diferentes das outras línguas da região do Guaporé e não pertencem às famílias linguísticas dos povos vizinhos, tais como Tupi, Nambikwara e Txapakura. São muitas vezes consideradas como uma pequena família, isolada e sem afiliação a nenhuma outra família linguística conhecida. No entanto, em 1935 Curt Nimuendajú (2000) já observava que as listas de palavras Arikapú coletadas por Snethlage revelaram semelhanças com certas línguas Jê do Brasil oriental, como Xerente, Kayapó, Kaingáng e Timbira.

Pesquisas mais recentes, como as de Ribeiro e de van der Voort (2005, no prelo), apresentam evidências lexicais e gramaticais adicionais que confirmam a hipótese de Nimuendajú. Nesse sentido, a família linguística Jabuti é provavelmente um ramo do tronco linguístico Macro-Jê. Aspectos básicos da língua ancestral Proto-Jabuti foram reconstruídos por van der Voort em um artigo comparativo (2007).

As línguas Jabuti são muito semelhantes entre si, porém não são idênticas. Visto que os Arikapú e os Djeoromitxí são vizinhos próximos, é possível que suas línguas tenham se diversificado a partir de uma língua ancestral comum na região. É

pouco provável que esta diversificação tenha ocorrido fora da região e que os falantes das duas línguas tenham migrado juntos para lá. Uma comparação cuidadosa sugere que foi preciso mais ou menos dois mil anos para que as duas línguas se diferenciassem e chegassem àquilo que são hoje. Portanto, os ancestrais dos Arikapú e dos Djeoromitxí devem ter migrado à região do Guaporé há pelo menos dois mil anos atrás e é possível que tenham vindo do leste, visto que falavam uma língua Macro-Jê.

A língua Arikapú encontra-se hoje no limiar da extinção, restando somente dois anciões que falam-na. Visto que estas duas pessoas residem em Terras Indígenas distintas e que não houve transmissão da língua para as gerações seguintes, ela não é mais falada. A maioria dos Arikapú que vive na T. I. Rio Branco fala Tupari, além de português, e na T. I. Guaporé fala-se Makurap. A maior parte dos empréstimos na língua Arikapú veio do Makurap, que durante a época da borracha era uma língua geral.

Localização

O ambiente tradicional dos Arikapú é a floresta tropical úmida. Segundo seus próprios relatos, sempre viveram nas cabeceiras do rio Branco.

Segundo Franz Caspar (1975), os Arikapú habitavam até 1955 a margem esquerda e os afluentes esquerdos do rio Branco, acima de onde fica hoje a cidade de Alta Floresta d'Oeste. Viviam acima dos Djeoromitxí. Seus vizinhos tradicionais eram também os Makurap e Wayurú de língua Tupi (família Tupari), que moravam rio abaixo, na margem esquerda do rio Branco. Na margem direita, viviam os Tupari, que eram seus inimigos. Mais abaixo ainda, estavam os Aruá de língua Tupi (família Mondé).

Os Arikapú viviam no alto rio Branco, mas o contato com os não-indígenas contribuiu fortemente para o abandono de práticas culturais e para a sua dispersão em duas Terras Indígenas diferentes e separadas geograficamente. Atualmente, uma parte dos Arikapú reside com outros grupos indígenas na T. I. Rio Branco, ao sul de sua área tradicional. A outra parte vive com outros povos na T.I. Guaporé, a mais de 200 quilômetros a oeste em linha reta e cerca de 350 quilômetros pelo rio, na divisa com a Bolívia.

Histórico do Contato

Além dos encontros esporádicos com viajantes, entre os séculos 17 e 19, os povos que habitavam a margem direita do Guaporé entraram em contato regular com os não-indígenas somente no final do século 19.

Nas primeiras décadas do século 20, seringalistas criaram estabelecimentos para exploração de borracha e de caucho - os "barracões" - nos rios Branco, Mekens, Colorado e Corumbiara. Eram postos comerciais onde os produtos extraídos das florestas adjacentes eram armazenados e de onde partiam as embarcações para Guajará-Mirim. Nesses "barracões", os "brancos" atraíam os grupos indígenas locais com machados de metal e outros produtos e os empregavam para a extração de látex, da castanha do Pará e do ipeca (Cephaelis ipecacuanha) através do sistema de aviamento. Também introduziram muitas doenças infecciosas.

Após o contato, os indígenas do sul de Rondônia sofreram com a desintegração e o deslocamento de seus membros. Por volta de 1920, muitos Arikapú desceram o rio para trabalhar no seringal do Paulo Saldanha, onde muitos Tupari também tinham ido.

"A instalação do seringal Paulo Saldanha nas cabeceiras do rio Branco, foi um fator definitivo para a dissolução das aldeias Arikapú e, posteriormente, das aldeias Djeoromitxí. Funcionando como um foco de atração de mão-de-obra, foi também o centro irradiador de epidemias de sarampo. Segundo foi possível apurar, as aldeias foram irreversivelmente abandonadas por volta de 1934. O sarampo se alastrou e, desesperados, os índios se moviam de uma aldeia a outra, levando o contágio. Acabaram por se concentrar no "barracão", onde aprenderam a tirar caucho." (Denise Maldí, 1991)

No início dos anos 30, o S. P. I. (Serviço de Proteção ao Índio) começou a transferir grupos indígenas do sudoeste de Rondônia para as "colônias" do oeste, como a colônia Ricardo Franco, agora denominada T. I. Guaporé, localizada no rio Guaporé, um pouco acima da confluência com o rio Mamoré. Os índios eram obrigados a viver e a trabalhar sob condições desumanas. Muitos tentaram fugir e retornar para suas terras de origem nos rios Branco, Corumbiara e Pimenta Bueno.

Entre 1930 e 1960, muitos Arikapú e Djeoromitxí desceram mais ainda, até o seringal de São Luis, onde também se concentravam muitos Makurap, Aruá e Wayurú. Além disso, muitas pessoas escaparam do aviamento fugindo para Guajará-Mirim, de onde foram transferidas para Ricardo Franco ou para outras reservas no vale do Guaporé.

Entre 1930 e 1980, os remanescentes desses grupos foram removidos para as áreas indígenas, que ainda hoje estão sendo ameaçadas por invasões ilegais, atividades madeireiras e pela mineração.

O contato com os “brancos” resultou na morte da maioria dos grupos do sul de Rondônia, muitas vezes antes que qualquer trabalho de documentação pudesse ser feito.

Hoje, os Arikapú vivem nas Terras Indígenas Guaporé e Rio Branco.

Complexo Cultural Marico

Os Arikapú viviam em grandes malocas em forma de colméia e sua subsistência se baseava na pesca, caça, coleta de frutas e insetos, e agricultura de roçado. Plantavam milho, macaxeira, amendoim, inhame, banana, cabaça e criavam larvas comestíveis de várias espécies de insetos.

Enterravam seus mortos dentro das casas, sentados e dentro de urnas funerárias de cerâmica, fechadas com tampas. Por cima do túmulo mantinha-se aceso durante dias uma fogueira para ajudar na preservação dos restos mortais. A família quando mudava de casa, levava muitas vezes consigo as urnas para re-enterrá-las na nova casa.

Em termos culturais, os Arikapú se aproximam bastante de outros grupos do sudoeste de Rondônia e com eles compartilham muitas características. Segundo a etnohistoriadora Denise Maldí (1991), o “complexo cultural do Marico” inclui vários grupos de língua Tupi, os dois grupos de língua Jabuti (os Arikapú e os Djeoromixí), bem como os Kanoê, Aikanã e Kwazá, que falam línguas isoladas.

"No que se refere à cultura material, alguns elementos atestam inequívoca similaridade entre os povos da região do Guaporé: a ausência do cultivo da mandioca “brava” e da farinha, na alimentação; o consumo da chicha de milho na alimentação regular e da chicha fermentada em ocasiões cerimoniais, e a confecção do marico. Trata-se de cestas de fibras de tucum, tecidas em pontos miúdos ou médios, podendo ter vários tamanhos e que não são só característicos como exclusivos dos grupos indígenas que habitam hoje a T. I. Guaporé e a T. I. Rio Branco.

Um outro elemento cultural, além da confecção do marico, que poderia ser considerado exclusivo dos povos do rio Branco, Colorado e Mekens é a aspiração do pó de angico nos atos xamanísticos.

Com relação aos grupos indígenas do Guaporé e dos afluentes ocidentais do Mamoré, há três aspectos culturais característicos: a ausência da mandioca “brava” e da farinha na alimentação; a existência de subgrupos territoriais definidos e nominados; e o consumo de chicha de milho em cerimônias, que alternavam sucessivamente os papéis hóspede/anfitrião entre os subgrupos e que serviam como um importante mecanismo de solidariedade e coesão.

A estrutura social tradicional dos grupos da região do Guaporé sofre sérias ameaças no tocante à sua reprodução e perpetuação face às perdas demográficas. Entretanto, uma nova realidade social emerge, a partir da intensificação das relações intersocietárias pelo menos dentro do T. I. Guaporé. Alguns elementos culturais estão sendo valorizados e atuam como mecanismos de solidariedade entre as sociedades distintas: o consumo da chicha, que estabelece uma regra não coercitiva de etiqueta, e o xamanismo, com a atuação conjunta de indivíduos de grupos indígenas distintos na aspiração do pó de angico e nas cerimônias de cura.

Sem dúvida foi o contato que intensificou as relações intersocietárias, sobretudo através de dois mecanismos: as festas de chicha e os casamentos. As festas de chicha eram práticas tradicionais de todos esses grupos, nas quais as aldeias se alternavam nos papéis de anfitriã/convidada, criando redes ininterruptas de solidariedade e reciprocidade. Depois do contato, os diferentes povos, ao invés das diferentes aldeias de um mesmo grupo, passaram a alternar esses papéis. Os casamentos intersocietários surgiram face às necessidades demográficas e, com o tempo, serviu para estreitar os laços entre os povos da região." (Denise Maldí, 1991)

Xamanismo

"A atuação do xamã está relacionada ao uso que faz de um alucinógeno: as sementes de angico, que são macerados até virarem pó e misturadas com um tipo especial de fumo, cultivado para este fim. Ao que tudo indica, o cultivo do fumo para uso xamanístico é um elemento cultural comum a todos os grupos indígenas da região do Guaporé.

De acordo com os registros de Rondon (1916), o que mais lhe chamou a atenção foi o fato de que os índios “não fumavam”, mas faziam uso do “rapé por meio de um dispositivo bastante engenhoso, o qual consiste em um tubo de taquarinha, de dois palmos de comprimento, tendo numa das extremidades, um pequeno recipiente carregado de pó de tabaco. A pessoa que vai tomar a pitada aproxima-o das narinas, e outra pessoa, servindo-se da extremidade livre do tubo, sopra por ele, fazendo o rapé penetrar nas fossas nasais do tabaquista, que auxilia a operação mediante profunda inalação”. A descrição corresponde exatamente à forma como, ainda hoje, é aspirada a mistura de pó de angico e fumo, que Rondon chamou de “rapé”. Em várias narrativas míticas, há menções à aspiração xamanística.

Além disso, os xamãs também usam um léxico especial, aparentemente ininteligível aos não-iniciados, e recitam durante o processo de cura." (Denise Maldí, 1991)

Aspectos contemporâneos

T. I. Rio Branco

Terra Indígena Rio Branco tem quase 400 habitantes, divididos entre várias aldeias ao longo do médio rio Branco. Essa T. I. foi homologada em 1986. A maioria da população é Tupari, mas há também grupos menores como os Makurap, os Aruá, os Kanoê, os Djeoromitxi e os Arikapú. A aldeia principal, São Luis, é acessível por carro de Alta Floresta d'Oeste. As outras aldeias, como Trinitário, Colorado, Cajuí e outras só podem ser alcançadas pelo rio e, devido ao seu isolamento, as línguas indígenas e muitas práticas culturais tradicionais estão melhor preservadas. Pesca-se com arco e flecha; há pajés utilizando o paricá para curar, e ainda há as festas de chicha, ocasião em que se pintam com o urucum e o jenipapo, cantam e dançam de modo tradicional. Os pajés Arikapú eram tradicionalmente conhecidos como os mais poderosos da região. Ainda hoje, o pajé mais respeitado pertence a esse grupo.

A parte meridional da T. I. Rio Branco faz divisa com a Reserva Biológica do Guaporé. Essa reserva tem parte de sua área incidindo sobre a Terra Indígena Massaco, onde vivem grupos isolados. Sua língua e identidade étnica ainda são desconhecidas.

A T. I. Rio Branco e seus habitantes são constantemente ameaçados por seus vizinhos não-indígenas e pelos políticos estaduais de diversas maneiras. Devido ao desmatamento contínuo nos arredores, a área se parece cada vez mais a uma ilha, onde a caça está ficando escassa, aumentando a dependência à pesca. Ao mesmo tempo, invasores entram na reserva praticando a pesca ilegal em grande escala. Os pesticidas utilizados nas fazendas, localizadas na região das cabeceiras (que fica fora da T. I.), acabam indo para o rio principal, colocando em risco a saúde dos que ali vivem. Os projetos hidroelétricos irregulares da região também provocam graves danos aos ecossistemas fluviais. Finalmente, a atividade madeireira ilegal dentro da T. I. causa ainda mais danos ecológicos.

Há relatos de destruição de sítios arqueológicos em função de obras de construção em Paulo Saldanha, no alto rio Branco. Em alguns casos, urnas funerárias foram desenterradas e propositalmente destruídas na tentativa de ocultar evidências jurídicas. Um dos últimos falantes do Arikapú enterrou (de modo tradicional) sua mãe e sua filha de cinco anos nas cabeceiras do rio Branco e ficou transtornado ao saber da possível destruição de seus túmulos. Este tipo de ação prejudica as opções futuras dos Arikapú e de outros grupos de reivindicarem suas terras ancestrais.

A desvalorização da cultura tradicional acelerou-se recentemente com a chegada de uma igreja protestante fundamentalista que desaprova o xamanismo e as festas tradicionais, criando assim uma divisão interna na comunidade.

T. I. Guaporé

A Terra Indígena Guaporé tem mais de 600 habitantes, divididos entre várias aldeias nas baías e nos lagos ao longo do grande rio Guaporé. A homologação dessa T. I. ocorreu em 1996.

A população é formada por famílias mistas de Aruá, Wayurú, Makurap, Tupari, Kanoê, Aikanã, Djeoromitxi, Arikapú, Wari' e Kuyubi. A maioria das pessoas vive na aldeia superpovoada Ricardo Franco (antigo nome da reserva), no próprio rio Guaporé. Há um posto da Funai, um posto médico e uma escola.

Semelhante ao caso de São Luis, em Ricardo Franco, a influência da cultura dos não-indígenas é forte. A maioria dos jovens encontrou poucas opções de vida, o que causa muitos problemas sociais. A vida nas outras aldeias (Baía das Onças, Baía da Coca e Baía Rica) é melhor no que diz respeito à caça, à pesca e à agricultura de roçado. Além disso, as línguas indígenas e

muitos elementos da cultura tradicional são ali melhor preservados. A região ao redor da T. I. Guaporé não é totalmente conhecida e pode ser que haja grupos isolados. Muitos habitantes da área relatam que em várias ocasiões tiveram encontros com índios não-identificados.

Como na T. I. Rio Branco, existe na T. I. Guaporé a pesca ilegal, no entanto a atividade madeireira e o problema com os pesticidas agrícolas ocorrem em menor escala – isso por causa de sua localização mais isolada e sem acesso terrestre. Outros problemas surgem na área, por conta de sua proximidade com a Bolívia, que fica a uma distância de 300 metros na outra margem do Guaporé. Há quatro anos vem acontecendo de forma constante a dragagem ilegal de cascalho na margem brasileira na Baía das Onças. O que se diz é que o cascalho é utilizado na produção de cimento, mas as atividades têm a aparência de garimpagem. Qualquer que seja a finalidade, tal atividade é danosa ao ambiente da região, pois destrói as encostas e pode alterar assim a correnteza do rio. Estas ações foram denunciadas em vão às autoridades, visto a facilidade de levar os equipamentos para o lado boliviano antes da chegada da Polícia Federal, que vem da longínqua cidade de Guajará-Mirim.

Nota sobre as fontes

O primeiro registro dos Arikapú e amostragem de sua língua foram feitos por Percy Harrison Fawcett, um inglês contratado pelo governo boliviano, nos primeiros anos do século 20, para fazer o levantamento topográfico da fronteira entre a Bolívia e o Brasil. Em um dos afluentes da margem leste do alto rio Branco, Fawcett encontrou um grupo indígena que denominou de Maxubí (Fawcett, 1915; Fawcett, 1953).

Depois da expedição de Fawcett, nunca mais os Maxubí foram encontrados e nem se ouviu falar deles. A maioria das palavras na lista compilada por Fawcett são idênticas às palavras Arikapú, portanto deve se tratar de um só povo.

Vinte anos mais tarde, o etnógrafo alemão Emil Heinrich Snethlage visitou a região do Guaporé a serviço do Museu de Etnologia de Berlim (Snethlage 1937). Snethlage visitou muitos povos do rio Branco, inclusive os Arikapú, e retornou a Berlim com uma coleção de objetos, fotos, filmes e gravações musicais em rolos de cera (Snethlage 1939). Naquele momento, os povos da região já tinham sido vítimas de terríveis epidemias de sarampo, gripe e de outras doenças contagiosas que se alastraram rapidamente pela região. Os Arikapú tinham sido especialmente atingidos pelas doenças e, em 1934, quando Snethlage os conheceu, restava somente um pequeno grupo distribuído entre duas aldeias.

Entre 1948 e 1955, o etnógrafo suíço Franz Caspar fez pesquisa na região do rio Branco e ficou conhecido pelo seu trabalho sobre a cultura tradicional Tuparí (1958, 1975). Caspar também compilou listas extensas de palavras de todas as línguas que encontrou, inclusive Arikapú. Ele também teve acesso aos diários de campo de Snethlage e os citou na sua tese de doutorado (Caspar, 1953). Caspar é ainda hoje lembrado pelos anciões.

No início de 1954, a população indígena do rio Branco sofreu uma terrível epidemia de sarampo. Tudo indica que os Arikapú foram novamente atingidos. Quando Caspar retornou a região (1954), estes tinham sido reduzidos a um número ainda menor.

Em 1968, os lingüistas missionários Willem Bontkes e Robert Campbell fizeram um levantamento no sul de Rondônia para o Summer Institute of Linguistics (SIL). Bontkes compilou uma pequena lista de palavras Arikapú no rio Branco e mencionou a existência de 14 falantes da língua.

Na década dos 80, vários antropólogos e lingüistas visitaram a região e conheceram índios que falavam Arikapú. Como parte de sua pesquisa antropológica, a etnohistoriadora Denise Maldí entrevistou muitos anciões e coletou mitos tradicionais para o levantamento daquilo que chamou de “complexo cultural do marico” (Maldí, 1991).

A antropóloga Betty Mindlin também viajou à região, colecionando e publicando uma série de volumes populares de histórias tradicionais dos povos indígenas (Mindlin, 1993, 1998 e 1999). Já o lingüista Denny Moore, do Museu Goeldi, compilou listas comparativas de palavras na T. I. Guaporé.

Entre 2001 e 2004, Hein van der Voort fez pesquisa de campo com aqueles que são provavelmente os últimos dois falantes do Arikapú.

Fontes de informação

- CASPAR, Franz. Ein Kulturareal im Hinterland der Flüsse Guaporé und Machado (Westbrasilien), dargestellt nach unveröffentlichten und anderen wenig bekannten Quellen, mit besonderer Berücksichtigung der Nahrungs- und Genussmittel, Universität Hamburg, 1953. (Tese de doutorado)

- ----- “A expedição de P.H. Fawcett à tribo dos Maxubi em 1914”. In: Anais do XXXI Congresso Internacional de Americanistas. São Paulo, 1955, pp. 113-120.

- ----- Tuparí. Entre os índios, nas florestas brasileiras. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

- ----- Die Tuparí: Ein Indianerstamm in Westbrasilien, Monographien zur Völkerkunde herausgegeben vom Hamburgischen museum für Völkerkunde, VII, Berlin - New York: Walter de Gruyter, 1975.

- FAWCETT, Percy Harrison. “Bolivian Exploration, 1913-1914”. In: Geographical Journal. London, 1915, vol. 45, pp. 219-228, com 7 fotos e 1 mapa.

- ----- Exploration Fawcett [edited by Brian Fawcett], London: Hutchinson, 1953.

- MALDI, Denise. “O Complexo Cultural do Marico: Sociedades Indígenas dos Rios Branco, Colorado e Mequens, Afluentes do Medio Guaporé”. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia. 1991, vol. 7, n. 2, pp. 209-269.

- MINDLIN, Betty. Tuparís e Tarupás: Narrativas dos índios Tuparís de Rondônia. São Paulo: Editora Brasiliense / Editora da Universidade de São Paulo / Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, 1993.

- ----- Antologia de mitos dos povos Ajuru, Arara, Arikapu, Aruá, Kanoe, JKanoi e Makurap. São Paulo : Iamá, 1995. 67 p.

- ----- & Narradores Indígenas. Moqueca de maridos: mitos eróticos. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

- ----- Terra grávida. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1999.

- MOORE, Denny. Glossário Tuparí-Jaboti-Arikapú [manuscrito não-publicado, 4 pp., 77 entradas Arikapú gravado de uma mulher bilingual Djeoromitxí-Arikapú em julho de 1988. Arquivo do Museu Goeldi [Belém], Rondônia, 1988.

- NIMUENDAJÚ, Curt. Cartas do Sertão de Curt Nimuendajú para Carlos Estevão de Oliveira. Apresentação & Notas: Thekla Hartmann. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, Assfrio & Alvim, 2000.
- RIBEIRO, Eduardo & VOORT, Hein van der. “A inclusão das línguas Jabuti de Rondônia no tronco Macro-Jê”, contribuição ao IV Encontro Internacional sobre Línguas e Culturas Macro-Jê. Recife, Pernambuco, dias 3 a 5 de novembro de 2005.
- -----, no prelo. “Nimuendajú was right: The inclusion of the Jabuti language family in the Macro-Jê stock”. In: International Journal of American Linguistics.
- SNETHLAGE, Emil Heinrich. Atiko Y, meine Erlebnisse bei den Indianern des Guaporé, Berlin: Klinkhardt & Biermann Verlag, 1937.
- -----, Musikinstrumente der Indianer des Guaporégebietes, Baessler-Archiv, Beiträge zur Völkerkunde, Beiheft X, Berlin: Dietrich Reimer - Andrews & Steiner, 1939.
- VOORT, Hein van der. “Proto-Jabutí: Um primeiro passo na reconstrução da língua ancestral dos Arikapú e Djeoromitxi”. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi (Ciências humanas), 2007.